

### GABINETE DO PROCURADOR ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

**PARECER N.: 0043/2025-GPAMM** 

PROCESSO N.: 0330/2025

ASSUNTO: APOSENTADORIA

UNIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO

ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON

INTERESSADO: ADILSON ANTÔNIO DA SILVA (MOTORISTA)

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO OMAR PIRES DIAS

Trata-se de análise da legalidade de ato concessório de **aposentadoria voluntária** por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, ao Senhor **Adilson Antônio da Silva**, ocupante do cargo de Motorista, classe IV, referência 15, matrícula 100004515, pertencente ao quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O benefício foi concedido por meio do Ato Concessório de **Aposentadoria n. 566**, de 07.11.2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia (DOE) n. 243, de 21.12.2022, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 c/c o art. 4º da Emenda Constitucional Estadual n. 146/21.¹

-

1

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> ID 1710312, p. 01-04.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### GABINETE DO PROCURADOR ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

O corpo instrutivo, em relatório acostado sob o ID 1720277, entendeu que o interessado faz *jus* ao benefício previdenciário, consoante fundamentado no ato concessório. Por essa razão, concluiu que o respectivo ato se encontra apto a registro.

Ato seguido, por meio do Despacho de ID 1724095, vieram os autos a esta Procuradoria de Contas para manifestação.

É o relatório.

De pronto, convirjo com as razões declinadas no relatório técnico, uma vez que o ex-servidor preencheu os requisitos necessários à aposentadoria voluntária no cargo de <u>Motorista</u>, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração e paridade com os servidores em atividade, nos termos em que o ato de inativação foi embasado, conforme se depreende da Certidão de Tempo de Serviço acostada sob o ID 1710313, p. 14-15.

No presente caso, o interessado, à data da inativação (21.12.2022), tinha 60 anos de idade<sup>2</sup> e contava com 39 anos, 4 meses e 1 dia de tempo de contribuição, sendo 35 anos, 9 meses e 3 dias de efetivo exercício no serviço público, no cargo e na carreira em que se deu a aposentadoria.<sup>3</sup>

Outrossim, foram cumpridos os demais requisitos, quais sejam, admissão no serviço público até 16.12.1998;<sup>4</sup> 35 anos de contribuição, 25 anos de efetivo exercício no serviço público; 15 anos na carreira; e 05 anos no cargo em que se

-

2

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Data de nascimento: 05.04.1962 (ID 1710313, p. 18).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> ID 1720225, p. 171.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> No relatório geral dos períodos de contribuição realizado pela unidade técnica, via Sicap Web, registrou-se que o servidor ingressou no serviço público em 01.04.1987 (ID 1720225, p. 171). Contudo, ao analisar a Certidão de Tempo de Serviço, especialmente o campo de "Anotações Funcionais", constatase que a sua admissão no serviço público ocorreu em 18.12.1986 (ID 1710313, p. 15). Todavia, essa divergência não impactará na concessão de aposentadoria, uma vez que os requisitos legais foram cumpridos.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### GABINETE DO PROCURADOR ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

deu a aposentadoria, conforme os requisitos estabelecidos no art.  $3^{\circ}$  da Emenda Constitucional n.  $47/05^{5}$  c/c o art.  $4^{\circ}$  da Emenda Constitucional Estadual n.  $146/21.6^{\circ}$ 

Dessa forma, em consonância com o entendimento técnico, o Ministério Público de Contas opina seja considerado legal o Ato Concessório de Aposentadoria n. 566, de 07.11.2022, em favor do ex-servidor Adilson Antônio da Silva, consoante fundamentado, com consequente registro, na forma prevista no art. 71, III, da CF/88, art. 49, III, "b", da Constituição do Estado de Rondônia<sup>7</sup> c/c art. 37, II, da LC n. 154/1996.8

É como opino.

Porto Velho, 14 de março de 2025.

### **ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS**

Procurador do Ministério Público de Contas

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> **EC n. 47/05: Art. 3º** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições: I trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; III idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> **EC n. 146/2021: Art. 4°.** A concessão de aposentadoria ao servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social e de pensão por morte a seus dependentes observará os requisitos e os critérios exigidos pela legislação vigente até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, desde que sejam cumpridos até 31 de dezembro de 2024, sendo assegurada a qualquer tempo.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> **Art. 49**. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: (...) III - apreciar, para fins de registro, a legalidade(...) b) das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> **Art. 37.** De conformidade com o preceituado nos arts. 5º, inciso XXIV, 71, incisos II e III 73 "in fine", 74, § 2º, 96, inciso I, alínea "a", 97, 39, §§ 1º e 2º e 40, § 4º da Constituição Federal, o Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de: (...) II - concessão inicial de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, bem como de melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do respectivo ato concessório inicial.

### Em 14 de Março de 2025



ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS PROCURADOR